

JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO

Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela UFMG.
Professor do Curso de Graduação e Pós-Graduação da PUC-MG.
Procurador da República.

A CONSTITUIÇÃO REINVENTADA

PELA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

1ª edição | 3ª tiragem



Belo Horizonte

2021

Copyright © 2021 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.

www.editoradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza
(*in memoriam*)

Coordenação Editorial: Leticia Neves

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br
Tel.: (31) 2516-3340

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antonio Augusto Junho Anastasia Antônio
Pereira Gaió Junior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima Edésio
Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira Luiz
Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Rénan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

Sampaio, José Adércio Leite.
S192 A constituição reinventada pela jurisdição
constitucional/José Adércio Leite Sampaio. –
Belo Horizonte: Del Rey. 2002.

1066p. – 17,0 x 24,0 cm.
ISBN 85-7308-5460

I. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 341.2

CDU: 342

Bibliotecária responsável: Maria da Conceição Araújo
CRB 6/1236

TÁBUA ANALÍTICA DE MATÉRIAS

ABREVIATURASE SIGLAS	
A PRETEXTO DE INTRODUÇÃO	5

PRIMEIRA PARTE A CONSTITUIÇÃO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO I A CONSTITUIÇÃO	9
---	---

Seção I UM CONCEITO E MUITAS CONCEPÇÕES	9
---	---

CAPÍTULO II A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	21
---	----

Seção I CONCEITO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	21
---	----

Seção II ORIGEM E EVOLUÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	24
§ 1. Antecedentes históricos do controle de constitucionalidade e do princípio da supremacia da Constituição	24
§ 2. O surgimento do <i>judicial review</i> nos Estados Unidos	29
§ 3. A resistência francesa: o controle político de constitucionalidade como garantia da vontade geral	32
§ 4. A difusão dos dois modelos e o predomínio do <i>judicial review</i>	33
§ 5. A segunda geração de jurisdição constitucional: o modelo de tribunal constitucional	36
§ 6. A tendência de aproximação dos diversos modelos de jurisdição constitucional	40

I. A tendência mitigadora na Europa	40
II. A tendência mitigadora na América Latina	41
III. A experiência da jurisdição constitucional nos países da <i>common law</i>	42
Seção III	
CLASSIFICAÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	43
Seção IV	
NATUREZA JURÍDICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	58
Seção V	
DISCURSOS DE LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	60
§ 1. Necessidade de reequilibrar os poderes constitucionais no <i>Welfare State</i> ...	62
§ 2. O déficit de legitimidade decorrente da práxis política	64
§ 3. Reexame das razões do legislador: “a doutrina da metodologia ótima da legislação enquanto dever constitucional”	67
§ 4. O entrelaçamento entre a maioria legislativa e a composição ou tendências do tribunal da jurisdição constitucional e a possibilidade de controle pelo Legislativo	70
§ 5. O respeito às regras do jogo democrático: garantia de um processo político adequado e proteção das minorias	72
§ 6. As declarações de direito e a necessidade de salvaguarda dos direitos fundamentais	79
§ 7. A posição privilegiada do juiz: da imparcialidade à sabedoria	82
§ 8. A argumentação como legitimidade	91
§ 9. A legitimidade extraída do <i>status quo</i> e dos efeitos produzidos: do pragmatismo ao paternalismo judicial	94
§ 10. Justificativa (de)ontológica: constituição como norma	98
§ 11. Justificativa dogmática: a previsão constitucional expressa	100
CAPÍTULO III	
OS TRIBUNAIS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	103
Seção I	
A ESTRUTURA DOS TRIBUNAIS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	104
§ 1. Número de juízes	105
§ 2. Modo de designação	106
§ 3. Requisitos para nomeação	114
§ 4. Período de mandato	119
§ 5. Incompatibilidades	121
§ 6. Garantias	125
I. Garantias do cargo	125
II. Garantia institucional ou orgânica	128

Seção II

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	130
§ 1. Contencioso de normas (ou de constitucionalidade)	130
I. Controle concreto	131
1. Controle incidental	131
2. Controle direto	135
II. Controle abstrato	136
1. Controle preventivo, prévio ou <i>a priori</i>	136
2. Controle sucessivo ou posterior	140
§ 2. Contencioso de órgãos e poderes	147
I. No modelo de Tribunal Constitucional	147
II. No modelo de Suprema Corte	149
§ 3. Contencioso entre órgãos territoriais central e local e contencioso federativo .	150
I. No modelo de Tribunal Constitucional	151
II. No modelo de Suprema Corte	152
§ 4. Contencioso penal (ou quase penal), de responsabilização constitucional ou de Tribunal de Justiça	153
I. No modelo de Tribunal Constitucional	153
1. Contencioso de partido político	153
2. Privação dos direitos políticos	153
3. Processo contra o Presidente da República	154
4. Processo contra parlamentares	156
5. Processo contra outros mandatários	156
II. No modelo de Corte Suprema	157
1. Processo contra o Presidente da República	157
2. Processo contra outros mandatários de poder	157
§ 5. Contencioso eleitoral	158
I. No modelo de Tribunal Constitucional	159
1. Contencioso do processo eleitoral	159
2. Contencioso de <i>referendum</i> e plebiscito	160
II. No modelo de Suprema Corte	161
1. Contencioso do processo eleitoral	161
§ 6. Jurisdição constitucional das liberdades	162
I. Instrumentos processuais constitucionais de proteção dos direitos fundamentais em gênero	162
II. Instrumentos processuais constitucionais para proteção de direitos fundamentais específicos	171
III. Jurisdição constitucional sem instrumentos processuais de proteção dos direitos fundamentais	174
§ 7. Outras competências	177

I. No modelo de Tribunal Constitucional	177
II. No modelo de Suprema Corte	178
CAPÍTULO IV	
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	181
Seção I	
PARÂMETRO, REFERÊNCIA, CÂNON OU BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE	181
Seção II	
OBJETO DE CONTROLE	191
Seção III	
EFEITOS DA INCONSTITUCIONALIDADE	203
§ 1. Efeitos das decisões no âmbito do controle preventivo de constitucionalidade	203
I. Veto absoluto	203
II. Veto relativo	205
III. Vinculação do legislador futuro	205
§ 2. Efeitos das decisões no âmbito do controle sucessivo de constitucionalidade	206
I. Consequência da decisão sobre a norma impugnada	206
1. As sentenças normativas	208
2. As sentenças transitivas ou transacionais	218
II. Alcance objetivo da decisão	225
III. Alcance subjetivo da decisão	226
IV. Projeção temporal da decisão	233
V. As decisões negativas de inconstitucionalidade	242

SEGUNDA PARTE

DEFININDO OS SEUS LIMITES: A DOUTRINA DOS ESPAÇOS VAZIOS DE JURISDIÇÃO

CAPÍTULO I	
SISTEMAS LATINO-AMERICANOS	249
Seção I	
A CORTE SUPREMA DA NAÇÃO ARGENTINA	249
Seção II	
AS SUPREMAS CORTES DE JUSTIÇA DO MÉXICO E DA VENEZUELA	253
§ 1. Suprema Corte de Justiça mexicana	253
§ 2. Corte Suprema de Justiça venezuelana	253

CAPÍTULO II	
SISTEMA NORTE-AMERICANO	255
Seção I	
O PRINCÍPIO REPUBLICANO E A LEGITIMIDADE DO GOVERNO	260
Seção II	
A CONDUÇÃO DE ASSUNTOS EXTERNOS	261
Seção III	
A CONDUÇÃO DE ASSUNTOS MILITARES: O PODER DE DECLARAR GUERRA	263
Seção IV	
CASOS DE SEGURANÇA NACIONAL	265
Seção V	
POLÍTICA FISCAL ADOTADA	265
Seção VI	
MOTIVAÇÕES DA ADOÇÃO DE POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS	267
Seção VII	
CASOS DE REQUISIÇÕES DO CONGRESSO DIRIGIDAS AO EXECUTIVO	274
Seção VIII	
CONTROLE DE <i>IMPEACHMENT</i> E DA CASSAÇÃO PARLAMENTAR	276
Seção IX	
O PODER CONSTITUINTE DERIVADO	281
Seção X	
O CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS ELEITORAIS	282
Seção XI	
AS DISPUTAS PARTIDÁRIAS INTERNAS	285
CAPÍTULO III	
SISTEMA EUROPEU	287
Seção I	
A CORTE CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃ	287
§ 1. Limites funcionais	288
§ 2. Limites interpretativos	289
Seção II	
O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ESPANHOL	290
§ 1. Atos parlamentares internos (não legislativos)	292
§ 2. Atos parlamentares de natureza política	292

Seção III

A CORTE CONSTITUCIONAL ITALIANA	294
§ 1. <i>Interna Corporis Acta</i>	294
§ 2. A Corte Constitucional Italiana e o limite da <i>political question</i>	296

Seção IV

CONSELHO CONSTITUCIONAL FRANCÊS	300
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO IV

O SISTEMA BRASILEIRO	307
----------------------------	-----

Seção I

ATOS <i>INTERNA CORPORIS</i>	309
------------------------------------	-----

Seção II

A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	317
---	-----

Seção III

AS QUESTÕES POLÍTICAS	319
§ 1. Decretação de estado de sítio	320
§ 2. A legitimidade de um governo ou assembléia estaduais: os casos das duplicatas	323
§ 3. O governo de fato ou poder constituinte originário	326
§ 4. Conflito territorial entre Estados	326
§ 5. Outros casos de questões políticas	327

CAPÍTULO V

UMA ABORDAGEM CONCLUSIVA SOBRE <i>POLITICAL QUESTION</i>	329
--	-----

Seção I

CRITÉRIO POSITIVO	330
-------------------------	-----

Seção II

CRITÉRIO FORMAL-PRAGMÁTICO	334
----------------------------------	-----

Seção III

CRITÉRIO NEGATIVO OU CONSEQÜENCIAL	335
--	-----

TERCEIRA PARTE**DEFININDO SEUS PONTOS DE PARTIDA****CAPÍTULO I****FORMAÇÃO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL:**

O PODER CONSTITUINTE	343
----------------------------	-----

CAPÍTULO II	
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONTROLE DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	
	355

Seção I

OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DE NOVEMBRO DE 1955	359
---	-----

Seção II

OS ATOS INSTITUCIONAIS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	361
§ 1. Os casos de liberdade de cátedra e de expressão	365
§ 2. Os processos contra governadores de oposição	366

Seção III

A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 26/1985 E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	367
---	-----

Seção IV

OS LIMITES DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	369
---	-----

Seção V

O IMPACTO DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO SOBRE A ORDEM JURÍDICA PRETÉRITA ..	370
--	-----

CAPÍTULO III	
O CONTROLE DAS MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS	
	385

Seção I

CONTROLE DE REFORMA CONSTITUCIONAL	388
§ 1. Forma política de controle	388
§ 2. Forma jurisdicional de controle	388
I. Controle pelo Conselho Constitucional francês	390
II. Controle pela Corte Constitucional italiana	392
III. Controle pelo Supremo Tribunal Federal	394
1. Controle jurisdicional preventivo	395
2. Controle jurisdicional sucessivo	401
A. Enquadramento da revisão constitucional no sistema vigente de mudan- ças constitucionais formais	403
B. A definição dos limites do poder de reforma constitucional	403

QUARTA PARTE

DEFININDO OS INSTITUTOS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I	
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIVISÃO DOS PODERES	
	425

Seção I

ASPECTOS DOGMÁTICOS DO PRINCÍPIO DA DIVISÃO DOS PODERES	425
§ 1. Os modelos do princípio da divisão dos poderes	430

Seção II

A LEGALIDADE PARLAMENTAR	432
§ 1. A Lei entre o Legislativo e o Executivo: a delegação de competência legislativa	434
I. Poder legislativo delegado nos Estados Unidos	435
1. Teoria da delegação de poderes	435
A. Finalidade de delegação	436
B. Limites da delegação	437
2. Aplicação da teoria da delegação de poderes às agências independentes ..	439
II. Poder legislativo delegado no Brasil	441
1. Tipos de Delegação	442
2. Limites da delegação legislativa	443
3. Formas de Controle da delegação	444
A. Controle político	444
B. Controle jurisdicional	445
4. O artigo 25 do ADCT	445
§ 2. A Lei entre o Legislativo e o Executivo: o poder normativo autônomo do Chefe do Executivo	446
I. Visão geral do controle jurisdicional dos atos normativos autônomos expedidos pelo Executivo	448
II. Controle jurisdicional das medidas provisórias no Brasil	451
1. Controle jurisdicional dos pressupostos constitucionais da medida provisória	451
2. Legitimidade das reedições e convalidações	453
3. Revogação de medida provisória pelo Presidente da República	454
4. Limites materiais para edição de medida provisória	456
§ 3. A Lei entre o Legislativo e o Executivo: o poder regulamentar	458
I. O Supremo Tribunal Federal em face do poder regulamentar	459
II. O poder regulamentar, a discricionariedade técnica e as agências reguladoras	467
III. O controle legislativo do poder regulamentar	474
§ 4. A Lei e outras fontes do direito na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	478
I. Reserva de lei e resolução do Senado	478
II. Reserva de lei e regimento	478
III. Reserva de lei e atos internacionais	482
IV. Reserva de lei e interpretação judicial	484

V. Reserva de lei e sentença normativa da Justiça do Trabalho	486
VI. Reserva de lei e atos administrativos	487
§ 5. A Lei e o devido processo legislativo	488
I. Iniciativa de projetos de lei	489
1. Iniciativas reservadas ao Presidente da República	489
A. Chefe da Administração Pública	490
B. Como orientador da política nacional e gestor dos recursos financeiros do Estado	498
2. Iniciativas reservadas ao Supremo Tribunal Federal	502
II. O poder de emenda parlamentar	505
III. Limitações procedimentais à aprovação de leis: o “devido processo legislativo”	507
1. Vedação relativa de apresentação de novo projeto de lei sobre matéria constante de projeto de lei rejeitado na mesma sessão	507
2. Exigências do bicameralismo	508
IV. Sanção presidencial	509
V. Veto presidencial	513
§ 6. A Constituição e a lei entre os Poderes: um poder-dever de resistência à inconstitucionalidade?	516
 Seção III	
O CONTROLE JURISDICIONAL DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..	519
§ 1. O controle das comissões parlamentares pela Suprema Corte dos Estados Unidos	522
§ 2. O controle das comissões parlamentares de inquérito pelo Supremo Tribunal Federal	527
 Seção IV	
O CONTROLE JURISDICIONAL DO <i>IMPEACHMENT</i> DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	530
§ 1. Prévio juízo de admissibilidade por parte da Câmara dos Deputados	533
§ 2. Processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade	534
 Seção V	
O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SEGUNDO A SUPREMA CORTE	542
§ 1. O poder de nomeação e de destituição	542
§ 2. A doutrina dos poderes implícitos. O crescimento do papel do Presidente da República nos Estados Unidos	547
§ 3. Os limites silenciosos às inerentes competências executivas. A tentativa de conter os poderes do Presidente norte-americano	548
 Seção VI	
O ESTATUTO DAS MINORIAS POLÍTICAS: A PROTEÇÃO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	550

§ 1. Jurisdição constitucional e minorias políticas na França	551
§ 2. Jurisdição constitucional e minorias políticas na Itália	553
§ 3. Jurisdição constitucional e minorias políticas no Brasil	553
I. A garantia dos processos de formação de vontade popular	554
II. Relacionamento entre maioria e minoria no âmbito do Congresso Nacional ..	557

CAPITULO II

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E FEDERAÇÃO	563
---	-----

Seção I

LEGITIMIDADE DE O JUDICIÁRIO INTERFERIR NA DEFINIÇÃO DO PERFIL DO FEDERALISMO	564
---	-----

Seção II

O PODER CONSTITUINTE DECORRENTE REDEFINIDO PELA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL	567
§ 1. A doutrina brasileira do poder constituinte decorrente	570
I. Os princípios constitucionais sensíveis	570
II. Os princípios constitucionais estabelecidos	572
§ 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o poder constituinte decorrente	575
I. O Poder Executivo estadual	575
II. O Poder Legislativo estadual	581
III. O Poder Judiciário estadual	583
IV. A representação de inconstitucionalidade de leis e atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição Estadual	586
V. O Ministério Público dos Estados	587
VI. Advocacia Pública estadual	588
VII. A Defensoria Pública estadual	589
VIII. A segurança pública	589
IX. Regras e princípios da Administração Pública	589
X. Regras e princípios sobre servidores militares	591
XI. Regime orçamentário-financeiro	592
XII. Definição da competência do próprio Estado de interpretação estrita e obediente a procedimentos ou formas estipuladas	594
XIII. Órgãos municipais	595
§ 3. Projeção das limitações ao poder constituinte decorrente	595

Seção III

A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL	597
§ 1. Teoria dos poderes federais implícitos	599

§ 2. Questões específicas relativas à repartição de competências	605
I. Repartição de competência entre União e Estados de acordo com a Suprema Corte dos Estados Unidos	605
II. Repartição de competência entre Comunidade e Estados de acordo com a Corte Europeia de Justiça. A hierarquização das fontes de direito pela Corte Europeia de Justiça: a supremacia do direito comunitário	623
1. O princípio da livre circulação de mercadorias	625
2. O princípio da livre circulação de capitais	627
3. O princípio da livre circulação de pessoas	627
4. Garantia da livre concorrência	627
5. Garantia de um meio ambiente saudável	627
6. O princípio da proteção social	628
III. Repartição de competência entre Estado federal e <i>Länder</i> segundo o Tribunal Constitucional Federal alemão	629
IV. Repartição de competências federativas segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	631
1. O confronto de competências comuns e concorrentes com a competência legislativa privativa da União	633
A. Produção e consumo (art. 24, V) e consumidor (art. 24, VIII)	633
B. Floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI) e responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VIII)	634
C. Proteção e defesa da saúde (art. 24, XII)	635
D. Direito Tributário, econômico e financeiro (art. 24, I)	636
E. Competência material comum sobre política de educação para a segurança do trânsito (art. 23, XII)	636
F. Procedimento em matéria processual (art. 24, XI)	637
2. Competência concorrente e delimitação de normas gerais	639
3. Competência concorrente e competência suplementar	641
A. Competência de complementação	641
B. Competência de colmatação. O conceito de peculiaridades locais	643
4. Competência remanescente e poderes legislativos federais enumerados ..	646
A. Direito comercial, sistema monetário e política de crédito (art. 22, I, VI e VII) ..	647
B. Direito Comercial e Direito Civil (art. 22, I)	648
C. Direito do Trabalho (art. 22, I)	649
D. Direito Penal e Processual	649
E. Comércio exterior e interestadual	653
F. Trânsito e transporte	653
G. Populações indígenas	655
H. Desapropriação	655

I. Limitação decorrente da Federação	656
§ 3. A autonomia dos Estados-Membros segundo o Supremo Tribunal Federal .	656
§ 4. A autonomia dos Municípios segundo o Supremo Tribunal Federal	658
CAPÍTULO III	
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	669
Seção I	
A PROXIMAÇÕES CONCEITUAIS EM TORNO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	669
Seção II	
OS DIREITOS SOCIAIS ENTRE O JUIZ E O LEGISLADOR	677
§ 1. Tribunal Constitucional Federal alemão	683
§ 2. Suprema Corte dos Estados Unidos	685
§ 3. A Corte de Justiça da Comunidade Européia	688
§ 4. Supremo Tribunal Federal	691
I. Direitos trabalhistas	692
II. Direitos previdenciários	697
III. Direitos assistenciais	699
IV. Direito à saúde	699
V. Direito à educação	700
VI. Direitos culturais	701
VII. Direito ao meio ambiente equilibrado: a proteção do meio ambiente	701
VIII. Proteção da criança e do adolescente	703
Seção III	
A DESCOBERTA DOS DIREITOS NÃO ESCRITOS	705
§ 1. A lista aberta de direitos fundamentais	706
I. Corte Constitucional italiana	707
II. Conselho Constitucional francês	712
III. Corte Constitucional Federal alemã	715
IV. Suprema Corte dos Estados Unidos	716
1. <i>Right to privacy</i> : um direito saído da sombra	718
V. Supremo Tribunal Federal	720
VI. O trabalho construtivo de outros tribunais	721
Seção IV	
A ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA DOS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ...	722
§ 1. Aproximação conceitual	722
§ 2. A teoria dos limites dos direitos fundamentais na jurisprudência constitucional	729
I. Em torno de uma hierarquia de direitos fundamentais	729

II. Outras técnicas ou critérios utilizados na solução de conflitos ou colisões	735
1. Conselho Constitucional francês	735
2. Corte Constitucional Federal alemã	739
3. Corte Constitucional italiana	742
4. Suprema Corte norte-americana	743
A. Expectativas de comportamento	744
B. Teste de racionalidade da intervenção sob a cláusula da igual proteção: os desafios do interesse público irrenunciável	747
C. O modelo dos direitos preferenciais (<i>preferred rights</i>)	750
5. Supremo Tribunal Federal	755

Seção V

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O MANDADO DE INJUNÇÃO	763
--	-----

QUINTA PARTE DEFININDO AS JUSTIFICATIVAS

CAPÍTULO I

A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	771
-------------------------	-----

Seção 1

REGRAS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	773
§ 1. Pressupostos ou pretensões de validade da argumentação jurídica	774
§ 2. Justificação interna	776
§ 3. Justificação externa	777
I. Princípios de interpretação	778
1. Princípio da unidade da Constituição	785
2. Princípio da ponderação, concordância prática ou balanceamento dos interesses em conflito	787
3. Princípio da razoabilidade	800
A. Corte Constitucional Federal alemã	803
B. Corte Constitucional austríaca	806
C. Conselho Constitucional francês	808
D. Corte Constitucional italiana	811
E. Tribunal Constitucional português	814
F. Suprema Corte norte-americana	815
G. Supremo Tribunal Federal	819
4. Princípio da interpretação conforme a Constituição	828
A. Corte Constitucional Federal alemã	829
B. Corte Constitucional austríaca	830

C. Conselho Constitucional francês	831
D. Corte Constitucional italiana	832
E. Tribunal Constitucional espanhol	836
F. Tribunal Constitucional português	837
G. Supremo Tribunal Federal	839
5. Máximas pragmáticas de apreciação da constitucionalidade	840
II. Enunciados empíricos	841
1. Efeitos econômicos e financeiros das decisões do juiz constitucional	844
A. Corte Constitucional austríaca	844
B. Corte Constitucional Federal alemã	845
C. Corte Constitucional italiana	846
D. Tribunal Constitucional português	847
E. Corte de Justiça da Comunidade Européia	847
2. Definição do <i>periculum in mora</i> e da conveniência nas decisões sobre medidas cautelares em ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal	848
III. Princípios de integração	858
IV. Enunciados dogmáticos ou elaborados pela Dogmática Jurídico-Constitucional	864
V. Enunciados jurisprudenciais	865
1. Relação entre despacho monocrático sobre medida cautelar e decisão plenária de <i>referendum</i> desses despachos nas ações diretas de inconstitucionalidade	875
2. Relação entre o fundamento da liminar e do mérito nas ações diretas de inconstitucionalidade	877
VI. Emprego de “argumentos práticos gerais”	881
VII. Pautas de elaboração pragmáticas	882
CONCLUSÕES	887
BIBLIOGRAFIA	895
CONSULTA ELETRÔNICA DE JURISPRUDÊNCIA	969
ÍNDICE REMISSIVO	971
TÁBUAS DE DECISÃO	987